

Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários

“Verba para construção de centros de recolha de animais é insuficiente. São trocos”



FOTO GETTY IMAGES

“Fórmula mágica”, “milagre”. Jorge Cid, Bastonário da Ordem dos Médicos Veterinários, recorre a várias expressões, todas elas de natureza fantástica, para demonstrar a sua descrença face à lei que prevê o fim dos abates de animais nos centros de recolha municipais e que entrará em vigor no próximo mês. Em entrevista ao

e que entrará em vigor no próximo mês. Em entrevista ao Expresso, critica os atrasos no levantamento das necessidades e lamenta a “falta de coordenação, racionalidade e visão de futuro”

TEXTO HELENA BENTO

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) diz que é impossível continuar a recolher animais e não os abater. Concorda?

Considero que não será fácil. É evidente que a lei tem de se cumprir e, portanto, terá de se recolher animais. Agora, tanto quanto sei, há vários CRO — centros de recolha oficial de animais de companhia — que estão atrasados, tanto em termos de ampliação das infraestruturas como de construção de novos centros. Além disso, e salvo um ou outro caso isolado, todos esses centros, bem como as associações que acolhem animais, estão lotados, aliás, superlotados, com excesso de animais por metro quadrado e colocando em causa o bem-estar do animal. Não sei como é que vão conseguir fazer esse milagre de continuar a recolher quando o número de adoções é tão baixo. Isso preocupa-me. Os centros não têm capacidade nem para mais um animal. Não sei a que fórmula mágica os municípios vão recorrer para resolver a situação.

Preocupamo-nos cada vez mais com os direitos dos animais mas ao mesmo tempo, e como refere, continuamos a deixá-los nos canis. Porquê?

Há uma percentagem muito grande da população portuguesa que realmente quer ter o seu animal de companhia — há um estudo recente sobre isso, aliás — mas ao mesmo tempo quer poder escolhê-lo, escolher a raça ou escolher a idade, e portanto não está interessado em adoptá-lo, ir buscá-lo ao canil. Os números oficiais dizem-nos que, no ano passado, foram recolhidos 36 mil animais, mas nós, Ordem dos Médicos Veterinários, podemos garantir que foram muitos mais, entre 60 mil a 70 mil. Desses, foram adotados apenas 15 mil. Já este ano, foram recolhidos mais de 15 mil, há ainda outros tantos por recolher, e só foram adotados à volta de cinco mil. Ou seja, estamos sempre a falar de cerca de 30 por cento de animais adotados e de um remanescente de 70 por cento para resolver. Há, de facto, uma grande dificuldade em arranjar alojamento para todos os animais que são recolhidos nas ruas diariamente.

Vai trocar de carro?



Informe-se primeiro em KBB.PT


[VER PREÇO](#)

Mais do que responder às situações de recolha, a Ordem dos Médicos Veterinários tem defendido que é preciso atuar para evitar o abandono dos animais. O que poderá ser feito neste sentido?

De facto, temos defendido que o mais importante é encontrar soluções para que as pessoas não abandonem os animais. Assim que a lei saiu, deveriam ter sido conjugados esforços, deveria ter-se criado um grupo de trabalho, formado por especialistas, para tentar encontrar uma solução e resolver um problema que já se sabia que, mais cedo ou mais tarde, haveria de surgir. Só que nesse momento toda a gente assobiou para o lado e foi-se avançando, avançando, avançando. O Ministério da Agricultura lançou uma campanha de sensibilização a alertar para o não abandono dos animais, mas foi extremamente curta. Deveria ter-se estudado uma série de medidas para garantir que as pessoas que vivem com dificuldades conseguem manter os seus animais e não tenham tantos encargos e garantir que as vagas para médicos veterinários municipais nos concelhos onde não os há — e são à volta de 100 municípios — seriam todas ocupadas. Também não faz sentido continuar a taxar os tratamentos veterinários, incluindo aqueles a que o Estado obriga, e a alimentação para cães e gatos a 23 por cento do IVA, nem as câmaras municipais continuarem a obrigar as pessoas a pagar uma taxa anual pela posse de um cão. São imposições como estas que levam algumas pessoas a abandonar os animais. Deduzo que, tirando casos específicos, de mau carácter, as pessoas não abandonariam se tivessem outra alternativa, se os outros não lhes virassem as costas, se pudessem, por exemplo, expor a situação numa instituição ou gabinete criado nas próprias autarquias para atender a estas dificuldades. A lei que criminaliza os maus tratos a animais [aprovada em 2017] também não veio ajudar a isto, na minha opinião.





FOTO D.R.

Como assim?

Essa lei foi aprovada sem que, ao mesmo tempo, se esclarecesse sobre o que poderia ou não vir a ser considerado maus-tratos. Houve muita gente no interior, em zonas rurais, que teve medo de possíveis multas e condenações e decidiu simplesmente ir pelo caminho mais fácil, que foi o do abandono dos animais. Basta ver que no ano passado, e depois de implementada a lei, verificaram-se muito mais abandonos se compararmos com igual período do ano anterior. Houve muita desinformação e as pessoas ficaram muito assustadas. Mais do que uma campanha de sensibilização, o que aconteceu foi uma campanha extremamente agressiva de punição. Fazem-se leis mas depois não há uma preocupação real de fazer com que elas sejam bem implementadas. Têm-se ideias avulso e não se estudam os problemas de raiz. Se não se empreender outro tipo de ações, não haverá uma solução para albergar os animais, por mais que se diga que sim, que haverá.

O Governo disse ter disponibilizado uma verba de mais de um milhão de euros para a modernização e construção de novos centros de recolha oficial. O que explica que haja 31 concelhos que nem sequer canis têm?

Explica-o o facto de, mais uma vez, as coisas não terem sido bem coordenadas. O Governo disponibilizou muito tarde essa verba, há relativamente pouco tempo. Além disso, é uma verba manifestamente insuficiente. Para mim, são apenas trocos. Um dos municípios que eu visitei gastou mais do que isso só na construção de um centro de recolha. Outros dizem que estão interessados em ampliar ou modernizar mas logo de seguida admitem não ter orçamento para isso. Quando a lei foi aprovada, em 2016, deveria ter-se feito imediatamente uma reunião com a ANMP para tentar perceber quais eram as necessidades, mas esse levantamento só viria a ser feito em junho de 2017, ou seja, um ano depois. Nem sequer houve tempo para proceder à construção de centros, até porque as burocracias são sempre muitas. Não houve coordenação, racionalidade e visão de futuro.





FOTO GETTY IMAGES

Quais são as alternativas ao abate de animais?

Há alternativas, nomeadamente através do controlo da população animal pela esterilização, algo que também não foi feito. Continuam a aparecer ninhadas abandonadas e se continuam a aparecer é porque houve uma cadela que as teve.

Penso que vamos chegar a um ponto em que teremos de tomar outro tipo de medidas e arranjar alternativas, pois vai deixar de haver lugar de todo nos canis municipais. Poderá passar pela ajuda de particulares ou instituições, sendo em todo o caso medidas de recurso para tentar resolver um problema que não foi resolvido devidamente.

A ANMP pediu um prolongamento do prazo de adaptação previsto na lei, a que o Governo respondeu negativamente. Acha que isso faria alguma diferença?

Não conheço os argumentos da ANMP mas sei que os médicos veterinários municipais estão muito preocupados com esta situação. Vão ter de recolher os animais e não vão ter onde os colocar. É tão simples quanto isto. É evidente que qualquer médico veterinário é contra o abate, mas isto deveria ter sido tratado de outra forma. Sinceramente, não sei qual será a solução. Se toda a gente continuar a assobiar para o lado, não vai ser fácil. Temo que aumente o número de animais abandonados, errantes, que vão representar seguramente um perigo para a saúde e segurança públicas.

Que perigos são esses?

Falo, por exemplo, de agressões de cães a outros cães ou a pessoas. Poderá haver também mais animais atropelados. Várias vezes são-nos relatadas situações que, não constituindo de facto uma agressão, são desagradáveis, com cães a rosnar, e pessoas com medo a evitar determinados sítios. Temo que tudo isso se intensifique com esta lei. Até o turismo poderá ser prejudicado. Não é agradável andar na rua e ver matilhas de cães por todo o lado.

